

Identities in process: se fazer prostituta e indígena em um jogo relacional e contextual

Lívia Freire da Silva¹

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

liviafreire4@gmail.com

Resumo

Analiso as construções de identidades das indígenas Potiguara que se prostituem na região que abrange a cidade da Baía da Traição e aldeias Potiguara circunvizinhas. A prostituição se organiza nesta região diante de questões de pertencimento étnico, mobilizando expectativas sobre as condutas femininas junto a segredos sobre suas práticas no mercado do sexo, construção dos corpos, questões de gênero e sexualidade. Descrevo como se constroem as identidades étnicas de mulheres que se prostituem atreladas às suas identidades como prostitutas, buscando perceber em quais momentos tais identidades são acionadas. Sobremaneira, essas questões perpassam um desafio maior: avaliar como as interlocutoras constroem suas identidades diante de uma perceptível fluidez. Considero também o modo como a vida na prostituição organiza o cotidiano dessas mulheres tendo em consideração que as indígenas exercem suas atividades na prostituição com segredo, e estabelecem esta atividade como um suporte financeiro ou mesmo como forma de lazer e sociabilidade.

Palavras-chave: prostituição; sexualidade; identidade; fluxo; etnicidade

Abstract

I analyze identities constructions of the Potiguara indigenous women who prostitute themselves in the region that encompasses the city of Baía da Traição and surrounding villages of Potiguara. Prostitution is organized in this region in the face of questions of ethnicity, mobilizing expectations about female behavior along with secrets about its

1 Programa de pós graduação em Antropologia Social UFRN (PPGAS). Membro do grupo de pesquisas Gênero, corpo e sexualidade (GCS) da UFRN.

practices in the sex market, body building, gender issues and sexuality. I describe how to construct the ethnic identities of prostituted women tied to their identities as prostitutes, trying to perceive in what moments such identities are triggered. Above all, these questions are facing a greater challenge: to assess how the interlocutors build their identities in the face of perceived fluidity. I also consider how life in prostitution organizes the daily life of these women, taking into account that indigenous women engage in prostitution with secrecy and establish this activity as a financial support or even as a form of leisure and sociability.

Key words: Prostitution, sexuality, identity, flow, ethnicity.

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa ocorrida entre 2010 a 2014², e visa analisar as construções de identidades das mulheres indígenas Potiguara que se prostituem no Litoral Norte paraibano, na região que abrange a cidade da Baía da Traição e aldeias Potiguara circunvizinhas. Através da observação participante e de interlocução com 14 mulheres com faixa etária entre 18 e 47 anos, que se prostituem esporadicamente, busco compreender como se constroem suas identidades étnicas e de prostitutas em constante negociações uma com a outra, analisando como estas são acionadas situacionalmente. Destas mulheres 9 se declaram indígenas e vivem no território de demarcação Potiguara, 4 trabalham nas cozinhas das pousadas e restaurantes da cidade, 2 são estudantes e 3 vendem artesanato local e dependem do período sazonal do verão, momento em que a demanda de turistas na cidade da Baía da Traição é maior e as vendas são intensificadas. Em outros períodos do ano, quando a procura por artesanato cai juntamente com as reservas em pousadas e frequência de turistas em restaurantes elas se mobilizam para outras cidades em busca de sustento financeiro exercendo as atividades da prostituição.

O Litoral Norte da Paraíba é constituído por um conjunto de 11 cidades, das quais, nos termos desse trabalho, aponto significativamente para a Baía da Traição, uma comunidade cuja abrangência acolhe em si fluxos e fronteiras étnicas, culturais e sociais. Nesse aspecto percebo as “fronteiras” como categoria fundamental para o entendimento da dinâmica e dos atores envolvidos no contexto do mercado sexual local, dadas as particularidades do espaço social, cultural e geográfico. De acordo com as fontes do

2 “Vender as carnes”: prostituição no litoral norte paraibano, Dissertação de Mestrado em Antropologia social apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFRN no ano de 2015 como requisito para obtenção do título de mestra em Antropologia social por esta instituição. Neste trabalho buscou-se compreender como a prostituição se apresenta no litoral norte paraibano, em especial Baía da Traição e aldeias indígenas Potiguara. O recorte central do trabalho é entender como a prostituição se adapta nessa região de constante fluxo cultural, levando em consideração questões tocante ao grupo indígena Potiguara como; territorialidade, identidade, fronteiras e segredo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2014 a Baía da Traição era a cidade com maior concentração de indígenas no Brasil. É uma região cuja base produtiva encontra-se assentada no trabalho vinculado à agricultura e à pesca, além de pequenos salários e benefícios sociais como aposentadoria entre os mais velhos, ou Bolsa Família, entre os mais novos, e entre a população indígena especificamente, também por meio dos benefícios concedidos pela Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. A Baía da Traição possui 8.696 habitantes, dos quais 5.687 são indígenas que se distribuem em territórios já demarcados ou em processo de reconhecimento e demarcação que juntos abrangem aproximadamente uma área equivalente a 20.820 hectares distribuídos em três áreas adjacentes, nos limites dos municípios de Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação.

A Baía da Traição, por ser um polo turístico paraibano, possibilita o grande fluxo não só de turistas, mas também pescadores oriundos de outras cidades. O movimento da prostituição nesse contexto depende do fluxo de pessoas que chega à região, de feriados, festas, como a da padroeira da cidade, carnaval e a alta estação no verão, que muda a configuração da cidade e lota hotéis, pousadas, bares e restaurantes. Outro fator preponderante quanto ao aumento da procura por serviços de prostituição é o período sazonal de pesca de Lagosta e Camarão (inverno). Esse momento traz à cidade pescadores oriundos de outras localidades e intensifica a procura por sexo pago.

Por esse viés é possível entender uma série de questões a respeito de como se constitui a prostituição no Litoral Norte paraibano. A forma como a atividade ancora e se estabelece na Baía da Traição e aldeias Potiguara tem características singulares. Além do pertencimento étnico em virtude do papel ativo que grupos e territórios indígenas ocupam na morfologia social da região, podemos apontar também a sazonalidade do trabalho e da produção agrícola (principalmente devido a importância que a monocultura de cana de açúcar desempenha nesse contexto) e da pesca, em especial da pesca da lagosta, famosa na região. Além dessas atividades vinculadas a um domínio produtivo, também devem ser considerado o trânsito em virtude da posição que a rodovia federal BR 101 ocupa na região, proporcionando uma via de trânsito que costura o país no eixo Norte-Sul.

Nesse caso, a prostituição enquanto uma troca econômica-sexual aparece como uma atividade que permite à mulher participar do jogo de interação das identidades, acionando a identidade indígena e de prostituta em momentos específicos, sem com isso anular uma a outra. Nesta região muitas mulheres se referem às atividades da prostituição como uma alternativa, um segundo plano e aplicam o termo “brincar”, “vender as carnes”, “ficar por dinheiro”, “receber agrado” enquanto categoria êmica para denotar tal argumento. Nesse contexto, percebo que tais categorizações presentes no campo denominam a prostituição

de várias formas. São classificações que extrapolam a noção de prostituição enquanto categoria rígida.

Trânsitos e intercâmbios de serviços sexuais

A prostituição pode ser entendida como uma troca econômica e sexual, uma permuta entre serviços sexuais prestados por um pagamento estabelecido. E abarca intercâmbios materiais e simbólicos. Nos termos desse trabalho se apresenta como uma alternativa de troca que vai além do comércio com o corpo. Os aspectos que abrangem a prostituição ultrapassam a noção de comércio, e pode ser pensado no campo do simbólico, uma vez que envolve práticas e desejos que em conjunto com esses processos de negociações constituem um mercado com amplas possibilidades e possui uma gama de relações que envolve gênero, geração, classe, etnia e trocas afetivas e sexuais que abrigam as economias sexuais em toda sua amplitude. Pensar na prostituição apenas como comércio desconsidera as diferentes escalas em que a atividade se configura. Contudo, há um universo amplo de intercâmbios sexuais que não abarca apenas a prostituição, há casos onde as trocas sexuais são estabelecidas por presentes, passeios, roupas, calçados, ou até mesmo supermercados, como acontece com uma parte significativa das interlocutoras com as quais trabalhei. Esse tipo de troca pode ser pensada como “ajuda”, como argumenta Adriana Piscitelli, (2011), onde as pessoas intercambiam sexo por benefícios econômicos de maneira autônoma, fora de estruturas organizadas e, sobretudo, de maneira ocasional. Porém, a ajuda que aparece nesse contexto, faz parte da economia das mulheres que se prostituem na região e que aceitam presentes como forma de pagamentos devido à economia local. Segundo Cabezas (2009) e Hunter (2010), esses intercâmbios envolvem benefícios materiais, presentes, passeios, viagens em troca de sexo, e no contexto da Baía da Traição e aldeias Potiguara se constituem como uma forma de romper as barreiras econômicas e de classe. Contudo, é primordial compreender essa modalidade de intercâmbio como uma espécie de sexo mercantilizado do qual as interlocutoras entendem essas negociações como prostituição, uma vez que negociam serviços sexuais.

Por outro lado, podemos perceber a prostituição enquanto prática que remete à agência (ORNTER, 2006). Reformulando as distribuições de poder que permeiam as trocas sexuais. Esse aspecto de agência permite que elas escolham a melhor forma de negociação para os serviços prestados e como e onde vão efetuar. Esse princípio contribui para pensar diversos tipos de “inserção no contrato explícito de intercâmbio entre sexo e dinheiro” (PISCITELLI, 2005, p. 1). É interessante pensar na categoria “usar o corpo” (OLIVAR e GARCIA, 2017) para escapar da limitação que o termo prostituição acarreta e

que sistematiza as dinâmicas de transações entre sexo e dinheiro, bens, trocas afetivas e uma multiplicidade de arranjos presentes nessas operações em contexto de prostituição. Ou seja, a troca explícita de sexo ou bens no Litoral Norte paraibano mostra um uso do corpo para acessar dinheiro e bens como uma economia sexual próxima a noção de sexo tático (CABEZAS, 2009), onde as mulheres vão utilizar o corpo como forma de acessar bens econômicos e aliviar a ausência daquilo que é necessário, economicamente falando sem com isso eliminar os intercâmbios presentes nesse contexto como o prazer e as relações afetivas, por exemplo.

Na Baía da Traição e aldeias Potiguara a prostituição tem características singulares e bem comuns ao local. Nesta região pesquisei em dois bares, um situado dentro das delimitações das terras indígenas Potiguara e outro na Baía da Traição. As mulheres com as quais mantive interlocução nesses espaços atribuem às atividades de negociações de sexo por dinheiro como alternativa, como segundo plano e aplicam o termo “brincar” para se referir as suas práticas sexuais. Durante a pesquisa de campo, quando perguntava às interlocutoras o que elas entendiam como prostituição, ou mesmo se elas se consideravam como parte integrante desta prática, as respostas eram quase imediatas: “eu vendo as carnes”, “eu brinco” e “negocio a brincadeira” por dinheiro ou presentes. Logo, o termo “brincar” utilizado para remeter prostituição é uma categoria nativa que indica recreação e se insere no contexto de lazer, mas também uma noção ampliada da prostituição. É uma categoria da qual me aproprio para demonstrar que as mulheres que se prostituem embora consigam um suporte financeiro devido às ‘brincadeiras’, também se divertem e utilizam espaços de lazer como todos os habitantes do recorte etnográfico. Além disso, há o fator marcante da sazonalidade da prostituição em razão do período de pesca de lagosta e verão transformam a estrutura social e econômica da cidade. Devido à economia local ser baseada na pesca e por ser uma cidade turística, esses espaços de tempo fazem com que a clientela em busca de sexo pago migre de outras regiões aumentando assim o movimento nos bares que abrigam as atividades da prostituição.

As negociações na prostituição não envolvem apenas o serviço sexual mediante o pagamento monetário, faz parte de economias sexuais que segundo Adriana Piscitelli (2016) situa intercâmbios sexuais e econômicos em contexto sociais mais amplos. A mulher que negocia com o corpo, também pode receber presentes³, pequenas dádivas

3 Os presentes adquiridos como via de troca entre a prostituta e o cliente não tira o valor econômico do programa. No caso em questão, os presentes recebidos pelas mulheres que se prostituem geralmente são de utilização pessoal como roupas, calçados, perfumes, maquiagens, bijuterias. Produtos que elas comprariam com o dinheiro arrecadado nos programas, logo, este tipo de troca não afeta negativamente a economia das mulheres, ao contrário, lhes poupa uma parte do ordenado recebido. Geralmente aceitam presentes que vão necessitar no seu dia a dia no procedimento de preparação para “vender as

como perfume, maquiagem, roupas, calçados, etc. Tais presentes em outros contextos talvez não fossem reconhecidos como integrantes de uma relação de trocas financeiras por sexo, ou mesmo “vender as carnes”, que segundo às interlocutoras, em seu sentido êmico representa as negociações de sexo por dinheiro ou por produtos, é uma configuração de relação constitutiva dos usos do corpo. Por essa razão a economia sexual pode ser pensada tomando como base as marcas de gênero que atravessam as relações, nota-se que os fatores para o ingresso na prostituição são diversos e não condizem apenas a questões econômicas ou a falta de oportunidade.

Portanto, a prostituição aqui, se organiza dentro de um cenário de estratégias, deslocamento e segredos. Há uma grande rotatividade de mulheres que usam o corpo para fins financeiros e que se deslocam de suas respectivas aldeias para poder se prostituir. Esse trânsito é estratégico, uma vez que elas precisam manter segredo sobre suas atividades na prostituição. Além do mais, também possibilita a “carne nova no pedaço”, termo utilizado por elas a respeito de ser novidades nos bares/cabarés por onde passam e com isso atrair uma clientela maior.

Sobremaneira, essas questões perpassam um desafio maior: avaliar como as interlocutoras acionam suas identidades em contextos específicos. Observo também o modo como a prostituição é percebida e tomada pelo cotidiano delas considerando que as indígenas que se prostituem articulam as atividades sexuais de forma discreta, sob o signo do segredo. Nesse caso a prostituição não se apresenta apenas como possibilidade de sustento financeiro; além disso, o lazer e a sociabilidade aparecem como plano de fundo. Visto que os deslocamentos proporcionados pela atividade possibilitam elas irem a festas e viajarem para outras regiões, ampliando suas experiências e perspectivas de relação para além do território indígena.

Vários são os elementos que tornam a região do Litoral Norte da Paraíba como um espaço produtivo para se refletir sobre as particularidades e complexidades do mercado do sexo. Se no contexto da sociedade envolvente muitas vezes o trabalho sexual é avaliado como moralmente negativo, desvalorizado e carente de regulamentação, nas esferas de populações tradicionais essas questões são ainda mais sensíveis porque perpassa pela moral do grupo que é visto e avaliado pela sociedade envolvente como uma comunidade homogênea, sobremaneira frente a um histórico de combate à exploração sexual em territórios étnicos. Nesse aspecto, se por um lado as mulheres indígenas que se prostituem buscam no trabalho sexual uma alternativa para complementação de renda e suprimento de aspectos que leem como de carência, por outro o imaginário social que as

carnes” ou mesmo para sair para festas e participar dos circuitos de lazer e sociabilidade.

envolve as compreende como vítimas. No Litoral Norte, o pertencimento étnico configura algumas expectativas em torno da imagem pessoal como forma de enunciação de uma representação coletiva, e em virtude do papel ativo que grupos e territórios indígenas ocupam na morfologia social da região.

Na experiência dessas mulheres, as interseções entre identidade étnica e o exercício da prostituição estão em constante diálogo. Este fator é uma unidade de identificação que vai de acordo com a manutenção das fronteiras e não pelo conteúdo cultural em si. Depende da conservação das relações e trocas entre grupos, do conjunto de regras restritivas e instrutivas que conduzem o contato interétnico. Segundo Barth (2000) a identidade étnica não é estática, é mutável, dinâmica e temporal, não podendo ser entendida como um “suporte” da cultura e sim como uma organização social e política de informações, valores, práticas que estão disponíveis num aspecto mais amplo de relações. Por esse viés falo em identidade de prostituta para sinalizar a dinâmica da prática em seu aspecto mais amplo; como elas se organizam nas suas relações e constroem estratégias para se prostituir.

Há uma prática comum entre as mulheres indígenas Potiguara que se prostituem, de se deslocarem de seus territórios para exercerem a atividade longe dos olhares familiares, assim elas mantêm o segredo sobre suas práticas no mercado do sexo. Por esse ângulo é pertinente pensar que tal atitude tenha ligação direta com questões de etnicidade, uma vez que ao questionar as indígenas sobre esses trânsitos elas afirmam que o segredo sobre a prostituição ajuda a manter a identidade étnica intacta diante do Estado nação. Existe uma regulamentação do comércio sexual local, o funcionamento de bares é estritamente proibido na área de delimitação territorial, porém, devido a acordos entre lideranças e os donos dos estabelecimentos é possível encontrar bares abertos ao público nessa região. O mesmo acontece com a prostituição. Há uma série de regras, restrições e normatizações locais que fazem com que se adeque as normas estabelecidas. Tais atributos se aplicam ao número permitido de bares e mulheres exercendo a atividade no território Potiguara.

Acácia⁴, mulher indígena, 45 anos, começou a se prostituir em parceria com sua irmã, e posteriormente abriu um bar dentro do território Potiguara, quando inaugurou o estabelecimento com quartos destinados a prostituição sofreu várias represálias por parte das lideranças indígenas, até conseguir por meio coercitivo que o bar pudesse funcionar para o público. Esse aspecto sinaliza a prostituição imersa em fronteiras do

4 Mantenho o anonimato das interlocutoras da pesquisa como forma ética de proteger a integridade delas, uma vez que elas se deparam com questões como preconceito, estigma, e estão em constante contato com temas que são delicados e ilícitos. Portanto, aplico nomes fictícios às interlocutoras e bares e embaralho alguns dados como forma de resguardar o segredo na prostituição das mulheres com quem mantive interlocução durante esta pesquisa.

legal e do ilegal, e essas fronteiras fazem com que se criem e se compartilhem códigos de condutas específicos (PAZZINI, 2014). Contudo, o código do legal e ilegal no caso de Acácia para se tornar legítimo passou por conflitos. Esse aspecto constitui a existência de um comércio sexual regulado dentro das terras indígenas de acordo com a conduta moral local. A necessidade de manter um número limitado de bares na delimitação territorial Potiguara devido a acordos internos do grupo permite até duas mulheres se prostituindo dentro do bar que funciona na aldeia. Porém, as prostitutas que trabalham neste espaço geralmente são oriundas de outras regiões, ao passo que as indígenas se deslocam para outras cidades para poder se prostituir. Acácia explica que essa determinação serve para maquiagem a existência de prostituição em território indígena e que para manter essa discricção as indígenas que se prostituem se deslocam de suas respectivas aldeias para exercer o ofício em outras cidades e esse movimento se dá devido a uma rede de apoio que elas mantêm. Essa rede permite estratégias para a manutenção do segredo, a troca de experiências na prostituição, mudança de território, assim como indicação de melhores lugares para morar/ se prostituir.

A fronteira do legal e ilegal também marca a restrição em relação aos bares com atividades de prostituição, só é permitido um bar por vez funcionando entre as 14 aldeias Potiguara. O primeiro estabelecimento com atividades de prostituição com mais de 10 anos de funcionamento fechou suas portas devido ao avanço do mar. Nesse período em que se manteve fechado, abriu outro bar em uma aldeia próxima. Porém, devido a políticas internas e códigos morais do grupo, fechou as portas como parte de uma reivindicação das indígenas que não queriam um bar com prostitutas funcionando na aldeia. Após seu fechamento, abriu outro bar e assim sucessivamente.

Esse aspecto sinaliza que a prostituição na região se estabelece devido a um movimento cíclico de abertura e fechamento de bares, as mulheres entram e saem da prostituição constantemente e a exercem como uma atividade secundária. As Potiguara são discretas com seus usos do corpo e para tal fins se locomovem de suas respectivas aldeias para poderem se prostituir, mantendo assim, segredo sobre suas práticas na prostituição. Geralmente, as viagens ocorrem nos fins de semana para os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e outras regiões próximas, e duram em média 3 dias sob a justificativa de que vão exercer trabalhos renumerados relacionados ao âmbito domésticos. A estratégia de viajar para se prostituir fora do território Potiguara é uma questão chave para o entendimento de como o trânsito ajuda a manter o segredo entre o grupo, uma vez que se locomovem para ambiente onde não são conhecidas e com isso evitam estigmas e sobretudo, que seus familiares saibam de seus usos do corpo.

Nesse aspecto, a atualização histórica da identidade étnica, o sentimento de origem e até mesmo reforçar essa identidade não anula as possíveis construções que as interlocutoras desenvolvem ao longo de suas jornadas. A prostituição, portanto, adquire um espaço singular na vida dessas mulheres que constroem suas identidades enquanto indígenas em busca de direitos frente ao Estado nação, dialogando com questões políticas internas do grupo e com suas sexualidades, busca de lazer, e vivenciar outras experiências fora de suas aldeias.

Pertencimento étnico e a prostituição

Os Potiguara passaram por um processo histórico de reconhecimento e territorialização étnica no Nordeste, através do qual a disputa pelo território historicamente ocupado era um dos principais dispositivos de constituição de uma identidade étnica em contextos marcados por conflitos e pela descaracterização desses grupos como etnicamente diferenciados pelo Estado Nação e por segmentos da sociedade envolvente (OLIVEIRA, 1999). Durante longo período, se afirmaram como caboclos e sertanejos e, posteriormente, durante o processo de retomada e demarcação de terras acionaram a identidade indígena⁵. Esse processo de territorialização é parte de um movimento de reorganização social, manutenção da identidade diferenciada e inserção de mecanismos políticos.

É a partir da década de 1930 que se iniciam as reivindicações de reconhecimento étnico e pedido de proteção por parte do Estado, um processo mais intenso pelo qual os indígenas tentavam se afirmar enquanto grupo étnico. Esse fenômeno se inseria também dentro de um contexto político de demanda por terras no qual a etnicidade foi um fator primordial para a organização do grupo em busca de direitos políticos. Ao organizarem-se e reconhecerem-se como uma coletividade etnicamente diferenciada, os sujeitos sociais estabelecem processos que criam fronteiras, que sinalizam modos de viver e estar no mundo que lhe são tanto característicos.

A identidade étnica, é uma atribuição de valor e identificação, é situacional, relacional e contextual. Contudo, a manutenção de suas fronteiras baseia-se em jogos de interesse. Frente a essa concepção, percebo que a identidade das mulheres que se

5 Segundo Palitot (2005, p.4 -9), no período que antecedeu as demarcações das diferenças e reivindicações de terra, muitos potiguara “escamoteavam” suas identidades na procura de acionar outros qualitativos, entre esses o de “caboclo” como argumentado por João Pacheco (2010, p. 34, n.10). Segundo o autor, o imaginário indígena sobre o Nordeste brasileiro é de que as populações indígenas teriam sido exterminadas ou assimiladas durante o processo colonial. Das populações restantes como saída emergencial restou se identificar enquanto “caboclos” ou “mestiços” e estes não poderiam ser pensados como povos indígenas.

prostituem é acionada em momentos específicos, de acordo com seus interesses. Em suma, quando elas, em algum contexto de interação frente a não indígenas, se dizem Potiguara buscam produzir uma forma de diferenciação, uma performatização, para tanto, fazem uso de significantes culturais que condizem com os símbolos e signos da comunidade em si. Já a identidade de prostituta é acionada quando necessário e, sobretudo, longe do olhar da comunidade a qual elas pertencem. Devido ao medo de exposições sobre suas práticas eróticas sexuais, dos olhares julgadores e do estigma do qual a mulher que se prostitui sofre. É nesse cenário que as Potiguara se organizam na prostituição, dentro de um conjunto de estratégias de trânsitos para manutenção do segredo sobre seus desempenhos no comércio do sexo. Elas constroem mecanismos para se prostituir longe de suas aldeias reforçando a ideia de que não existe tal ocupação no território Potiguara. Dentro desse conjunto de estratégias, como afirmei anteriormente o número de bares com movimento de prostituição é limitado fazendo com que a crença moral a cerca das práticas indígenas seja mantida.

Portanto, quando uma mulher sai de seu território para se prostituir em outro espaço social ela não está apenas mantendo sigilo sobre seu trabalho com o corpo, também está ajudando a preservar a identidade Potiguara, uma vez que acreditam que a prostituição possa afetar as reivindicações de direitos. Cunhã, 28 anos, começou a “vender as carnes” aos 18 anos, por convite de uma amiga também indígena, e entende esse meio de obtenção econômica como prostituição, em algumas épocas do ano se desloca para outros estados para se prostituir e em períodos de alta estação ela permanece na Baía da Traição para vender artesanato indígena aos turistas que visitam a região. Ou seja, ela utiliza uma espécie de prostituição transitória para complementação de renda. Todavia, com o passar do tempo, e em vista da organização como grupo étnico em busca de conquistar a garantia dos direitos à terra de seus antepassados, houve uma reconfiguração das práticas nesse aspecto, as indígenas foram orientadas a não se prostituir o que gerou uma contradição a respeito de como elas iriam se sustentar economicamente. Sob essa orientação formularam possíveis saídas para continuar se prostituindo sem atingir as reivindicações do grupo étnico. Foi a partir desse fenômeno que começaram a se deslocar para outras regiões para se prostituírem. Sempre em dupla ou grupo se deslocavam do território Potiguara e firmavam acordos de moradias, alimentação para trabalharem em bares/ cabarés em outros estados como, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Para as mulheres que se prostituíam o impacto foi bem marcante, especialmente no que tangia à situação econômica. Elas foram orientadas a não se prostituírem dentro do território indígena, gerando assim uma série de restrições para manter uma boa imagem dos índios frente ao Estado e aos órgãos de assistência ao indígena, e de maneira difusa, também

frente à sociedade não indígena. A partir daí desenvolveram mecanismos de manutenção de segredo sobre suas atividades no mercado do sexo e se constituiu uma rede que elas mantêm com veemência.

Acácia abandonou o comércio do sexo para se casar e constituir família. Após o rompimento do casamento voltou a se prostituir. Em um movimento cíclico de 'entrada' e 'saída' na prostituição Acácia abandonou e retornou o trabalho com o corpo várias vezes e na maioria das vezes esse movimento se deu devido a relacionamentos monogâmicos que firmou com seus parceiros. Essa dinâmica fez com que Acácia se estabelecesse em outra área do mercado do sexo, o que a levou a posteriormente administrar um bar com quartos destinados a prostituição no Litoral Norte paraibano. Ela explica que foi muito difícil no início, que houve muitos empecilhos para seu bar finalmente funcionar nas imediações do território Potiguara. Entre outros obstáculos, afirma que, por diversas vezes, as lideranças do grupo juntamente com parte da comunidade tentaram, por vias legais, barrar seu negócio até conseguirem firmar um acordo que permitisse que o bar continuasse com as portas abertas, mas com uma série de restrições.

De acordo com esses termos a prostituição não anula a identidade étnica das mulheres, o que acontece é que elas acionam a identidade indígena, assim como a de prostituta de acordo como julgam necessário. Geralmente quando saem de suas aldeias para se prostituir não acionam a identidade indígena nesse percurso, porém, em alguns momentos, podem achar necessário reivindicar o pertencimento étnico. Amarilis, estudante do ensino médio, 31 anos, pertencente a uma família de 5 irmãos onde as tarefas domésticas, assim como cuidar dos irmãos mais novos eram destinadas a ela. Através de um convite de uma prima começou a se deslocar da aldeia que mora para se prostituir em outras cidades longe dos olhares familiares. Em lugares onde ninguém a conhece consegue manter segredo sobre suas atividades com o corpo. Quanto mais distante da aldeia ela for "vender as carnes", mais o seu segredo pode ser mantido. Em um jogo relacional e contextual a interlocutora afirma ter acionado a identidade indígena durante um programa que fez na cidade de Cabedelo/ PB como forma de aumentar o valor cobrado: o cliente ao suspeitar que ela era indígena pediu que provasse a pertença étnica e assim aumentaria o valor pago pelos serviços, fazendo com que ela exibisse seu registro indígena fornecido pela FUNAI (RANI- Registro Administrativo de Nascimento Indígena).

A identidade não é fixa, ela serve para compartilhar sinais, signos e símbolos criados pelo grupo para fins representativos, mas que podem ser ocultas ou acionadas em momentos específicos. Sinais esses que só adquirem sentido quando se consideram como grupo, e podem oscilar ou ser razoavelmente fixos, exaltados ou ignorados. São

aspectos que remetem à práticas, modos de conceituar o mundo, mitos, linguagem, formas de organização política, festas, dinâmicas de sociabilidade que caracterizam material e simbolicamente os sujeitos como partes de uma unidade maior, e que são acionados durante as situações de contraste, tornando-os visíveis para os demais grupos.

Adónis, 21 anos, estudante, se prostitui como complemento de renda e oportunidade para viajar, participar de espaços de lazer como ir a festas e boates, não possíveis dentro do território Potiguara. Começou a se prostituir quando uma amiga sugeriu que ela trabalhasse com o corpo para comprar roupas novas para ir para festa da padroeira da cidade de Mamanguape/ PB. Iniciou sua vida sexual aos 17 anos e aos 18 anos viajava com frequência para se prostituir na capital paraibana, longe da sua comunidade. E para isso informava aos familiares e amigos que trabalhava na Paraíba como doméstica e muitas vezes como babá. Em contraste com outras culturas, ela sempre acionava a identidade étnica Potiguara, quando vendia seu artesanato para turistas dentro das delimitações do território demarcado, ou mesmo quando queria se firmar enquanto indígena em interação com outros povos. Em outros momentos, dentro desse mesmo território, ela escondia suas práticas na prostituição. Adónis, sempre conversou comigo longe de olhares familiares, quando falávamos de prostituição ela se certificava que não tinha ninguém por perto para escutar a conversa. Esse é um tipo de precaução utilizada para a manutenção do segredo. Lembra que, certa vez, quando viajou com uma amiga, também indígena, para se prostituir em João Pessoa/ PB encontrou uma vizinha que ameaçou contar para sua família sobre suas atividades no mercado do sexo. Esse encontro fez com que Adónis passasse meses angustiada com medo de seu segredo vir à tona a qualquer momento. E para evitar que isso acontecesse cessou por um tempo de se prostituir. Após alguns meses, a vizinha se mudou e não revelou sua intimidade a seus familiares e amigos. E Adónis continuou mantendo o seu segredo.

Adónis, sempre acionava suas identidades num jogo relacional, de acordo com cada contexto. Quando viajava para outras regiões, no momento em que fazia programas sempre escondia sua identidade indígena, a fim de proteger a imagem pública do grupo Potiguara como um todo. Esse processo de acionamento pode acontecer de mais variadas formas, desde os aspectos que sinalizam a identidade étnica, até atributos relacionais, como a apresentação de aspectos do parentesco ou a descrição da região de origem.

A identidade compreende fronteiras que são mantidas e entram em disputa no momento da interação, de acordo com o interesse do grupo. Em outras palavras, a identidade étnica só tem sentido enquanto coletiva. É um mecanismo de identificação, um tipo de organização social que fornece ao grupo uma autoafirmação a partir de traços culturais.

Contudo, a identidade étnica se conceitua no nível coletivo e social, possui conteúdos que se comunicam e orientam no que tange às relações sociais como um sistema de oposição e contraste. Esse conteúdo reflexivo orienta como as relações sociais vão se desenvolver durante o contraste. Assim, a identidade étnica é um meio pelo qual os indivíduos vão se afirmar e que emerge em situações particulares. Porém, a identidade de prostituta apesar de parecer nesse aspecto uma identidade individual, também se mostra coletiva, em razão que as mulheres se organizam para exercer a prostituição fora das aldeias, elas se mobilizam para firmar a identidade quando inseridas no mercado do sexo e para omitir a identidade de prostituta dentro das aldeias. Adquirindo assim, características fluidas devido as idas e vindas no mercado do sexo.

Os traços identitários, no entanto, não existem por si só, mas a partir de como os sujeitos significam-nos como seus atributos e do grupo ao qual pertencem. A identificação de quem são os outros ocorre da mesma maneira. São aspectos que norteiam minha pesquisa etnográfica entre as Potiguara. Quando as mulheres acionam suas identidades indígenas fazem por questões políticas, territoriais ou mesmo por identificação do grupo, ao passo que a identidade como prostituta funciona sob o signo do segredo, que elas mantêm dos parentes e vizinhos e só compartilham com sua rede de confiança. Acreditar que esse segredo tem a ver com questões étnicas do grupo foi o que moveu a construção desse artigo.

Considerações finais

Ao longo deste artigo debati a prostituição enquanto troca econômica-sexual, utilizada pelas Potiguara como forma de romper barreiras econômicas e de classe. Uma parte constitutiva do comércio sexual na qual as mulheres vão utilizar o corpo como forma de acessar bens e aliviar a ausência daquilo que é necessário, economicamente falando, sem com isso eliminar os intercâmbios presentes nesse contexto como o prazer e as relações afetivas. Além dos benefícios materiais, presentes, passeios, viagens em troca de sexo.

A prostituição constitui uma atividade com vários arranjos que escapam de modelos que a colocam enquanto classificação rígida. “Brincar”, “vender as carnes”, “ficar por dinheiro”, “receber agrado” entre outras categorias êmicas são utilizadas como referências as diversas formas de “usar o corpo”, terminologias que nem sempre o conceito de prostituição dá conta. A ideia de transação entre sexo, dinheiro e outros bens materiais e simbólicos como parte do universo de economias sexuais também serve para pensar as novas configurações identitárias, a produção de modelos relacionais alternativos, e para

refletir sobre a experiência do gênero no mercado do sexo articulado nas fronteiras entre indígenas e não indígenas na prostituição.

Além do mais, o campo etnográfico permitiu debater sobre novas estratégias de usos dos corpos que as mulheres desenvolvem em contextos onde a prostituição aparece como uma alternativa ao sustento econômico. Porém, se conceitua como uma atividade de segundo plano, da qual as indígenas se organizam para exercer longe do território étnico. E para isso desenvolvem estratégias para a manutenção do segredo sobre suas atividades. Tais métodos se concretizam a partir de uma rede de apoio que elas mantêm para os trânsitos que fazem entre aldeia/ cidade, com o objetivo de estabelecer contatos, vínculo de trabalho e moradia quando se deslocam para outras regiões. O trajeto aldeia/ cidade é marcado pela utilização de estratégias de manipulação de identidades atreladas a conjunturas complexas e particulares.

A prostituição, nesse aspecto, se constitui em articulação com uma ampla rede de relações que a torna cada vez mais fluída e com fronteiras borradas. O interessante de pensar os “usos do corpo” em território indígena é analisar as formas locais de controle do território e identidade, uma vez que a identidade indígena, enquanto pertencimento étnico de forte marca territorial, é circunscrita por uma fronteira frente a outras. E recebe influências internas e externas, é um tipo de organização social e política de informações, valores, práticas que estão disponíveis num aspecto mais amplo de relações. Porém, a identidade de prostituta chega para marcar uma fluidez e borrar as fronteiras e com isso ressignificar a diferença.

A prostituição permite à mulher participar do jogo de interação das identidades, acionando a identidade indígena e de prostituta em momentos específicos, sem com isso anular uma a outra. Entre as Potiguara esse tipo de intercâmbio não é a ocupação principal de trabalho, apresenta-se como um segundo plano, uma atividade alternativa para sustento econômico que as mulheres executam esporadicamente quando precisam de dinheiro imediato. Geralmente saem de suas aldeias nos fins de semana para se prostituir em outros espaços e no início da semana retornam as suas aldeias. Além desses fatores, também possibilita viagens, passeios, festas, e uma rede de relações criada e mantida para a manutenção das fronteiras do que se quer ser, do que se quer mostrar pro outro. É interessante notar que esse processo de acionamento das identidades se fundamenta numa lógica prática que tem como efeito a preservação da imagem comunitária e sua desvinculação do trabalho sexual dentro dos limites da aldeia, ao passo que fora dela, em outras situações de interação, eventualmente a identificação como indígena e como trabalhadora sexual pode coincidir e se traduzir como uma opção de potencialização para

os rendimentos que se obteria nos “programas” com determinados clientes. Assim, parece haver uma estreita relação entre as fronteiras e limites territoriais com as fronteiras entre dispositivos classificatórios ou identidades. Que constata complexidade, heterogeneidade em todos os aspectos de tal forma que é notável que a mudança de identidade ocorra sempre quando a performance dos indivíduos não tem condições de sucesso, assim, há outras identidades alternativas à sua disposição.

O não acionamento da identidade de prostituta dentro do território Potiguara faz parte da construção do segredo social em torno dessa prática e aparece com muita frequência em diversas situações de fala das interlocutoras e transmite o sentido, significado ou significante de uma determinada situação, onde a moral das mulheres que se prostituem está intimamente relacionada a sua reputação na comunidade. Ao saírem de suas respectivas aldeias mostram preocupação em manter suas identidades resguardadas e conseqüentemente evitar falatórios a respeito de suas sexualidades. Esse fenômeno gera uma espécie de segredo em grupo devido ao fato de desenvolverem artimanhas juntas com fins na manutenção do segredo social. Tal desempenho baseia-se em um cenário etnológico onde os padrões podem ser compreendidos dentro de uma lógica de significados e significantes pertencentes aos padrões sociais e culturais do grupo. Esse processo se dá devido a questões de pertencimento étnico, preconceito social e estigma perante suas práticas na prostituição. E se constitui em um constante jogo interacional, de esconder-se e mostrar-se, de acionamento e não acionamento identitário. Portanto, as identidades de indígena e de prostituta são construídas em meio a negociações contextuais, processos que dinamizam poder de agência e que encontra no corpo um marcador do uso desse poder, e um terreno das disputas em torno das novas identidades. Nesse sentido, a manutenção de identidade indígena e de prostituta que as envolvem deve considerar os modos como as relações de poder se atualizam devido a processos sociais, onde a prática se constitui como parte de um território de desejo que perpassa espaços e situa interações.

Levando em consideração que as identidades podem ser múltiplas, dinâmica e temporal as mulheres assumem várias identidades e interagem em espaços sociais distintos. O que eu quero dizer com isso, é que elas podem se prostituir sem que isso implique uma correlata e inescapável ilegitimidade da identidade indígena. E ainda, no jogo de posições podem assumir várias identidades, fazer parte de liderança indígena, ser prostituta, dona de casa, artesã, entre outras possibilidades. Essa dinâmica constitui um jogo interacional onde as identidades, identificações e possibilidades são acionadas no momento específico, de acordo com o que elas julgam apropriado.

Referências

- ARONSON, Dan R. 1976. "Ethnicity as a Cultural System: An Introductory Essay". In: HENRY, Frances (org.). *Ethnicity in the Americas*. Paris: The Hague, pp. 9-20.
- AZEVEDO, Ana Lúcia Lobato de. 1986. *A Terra Somo Nossa: uma análise de processos políticos na construção da terra Potiguará*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- BARTH, Fredrik. 2000. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas* (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.
- BENITÍZ, Maria Elvira Díaz; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs). 2009. *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CABEZAS, Amalia. 2009. *Economies of Desire, Sex and Tourism in Cuba and the Dominican Republic*. Temple University Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. "Identidade Étnica, Identificação e Manipulação; Um conceito antropológico de identidade". In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, pp. 1-31; 33-54.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. C. da. 2009. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, pp.235-258.
- COLVERO, Carolina Appel. 2008. "O sexo como profissão e o paradoxo: questão de gênero ou escolha". *Fazendo gênero 8- corpo, violência e poder / Florianópolis*.
- _____. 2010. *Mulheres na batalha: performances de gênero em bares com prostituição em Santa Maria*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM/PPGCS.
- DAL POZ, João. 2003. "A Etnia como Sistema: contato, fricção e identidade no Brasil indígena". *Sociedade e Cultura*, vol. 6, n. 2, pp. 177-188.
- FONSECA, Claudia. 2007. "O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'". Palestra proferida na mesa: Ética e pesquisa etnográfica, durante o seminário do NACI (Núcleo de Antropologia e cidadania da UFRGS): *Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo*. Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. 1996. "A dupla carreira da mulher prostituta". In: *Revista Estudos Feministas*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ e Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – PPCIS/UERJ, v. 4, n. 1, pp. 7-33.
- FOUCAULT, Michel. 1979. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- _____. 1988. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FREIRE, Lívia. 2015. *"Vender as carnes": prostituição no território Potiguará da Paraíba*. Dissertação. Programa de pós graduação em antropologia social, UFRN.
- FREITAS, R. 1985. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- GARCIA, Loreley. 2012. "Moças de família: trajetórias de resistência da prostituição juvenil em áreas rurais e indígenas na Paraíba". In: *Fazendo gênero 10 desafios atuais do feminismo*,

Florianópolis/SC.

GOFFMAN, Eving. 2012. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. 2010. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes.

HANNERZ, Ulf. 1997. "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional". In: *Revista Mana* 3(1), Rio de Janeiro, pp. 7-39.

HUNTER, Mark. 2010. *Love in the Time of Aids. Inequality, gender and Rights in South Africa*. Bloomington, Indiana University Press.

LOSSO, Juliana Cavilha. 2010. *Dos desregramentos da carne- um estudo antropológico sobre os itinerários urbanos, territorialidades, saberes e fazeres de profissionais do sexo em Florianópolis/SC*. Tese de Doutorado em Antropologia, UFSC, Florianópolis.

NASCIMENTO, Silvana de Sousa. 2015. "Corpo-afeto, Corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na paraíba". *Revista Artemis*.v. 18, n. 1, pp. 69-86. João Pessoa.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Garcia, Loreley. 2017. "'Usar o corpo': economias sexuais de mulheres jovens do litoral ao sertão no Nordeste brasileiro". *Revista de Antropologia* (São Paulo, Online) v. 60 n. 1: 140-164 | USP.

OLIVAR, José Miguel Nieto. 2013. *Devir puta: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1986. Fricção Interétnica. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, pp. 495-498.

_____. 1999. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". In: _____ (Org.). *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 13-42.

ORTNER, Sherry. 2006. "Poder e projetos: Reflexões sobre a agência". In: *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. 25ª reunião Brasileira de antropologia. Goiânia.

PALITOT, Estevão Martins. 2005. *Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura*. João Pessoa-UFPB. Dissertação de Mestrado.

PAZZINI, Domila do Prado. 2014. "Prostituição e ilegalismos: um estudo de códigos e condutas em casas noturnas de São Carlos/SP". Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal/RN.

PISCITELLI, Adriana. 2005. "Apresentação: Gênero e mercado do sexo". In: *Cadernos Pagu* (25), julho-dezembro, Campinas/SP, pp. 7-23.

_____. et al. (orgs.). 2011. "Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil". *Coleção Encontros, Pagu/UNICAMP*.

_____. 2016. "Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais". In: *Cadernos Pagu* (47), Junho/Julho, Campinas/SP.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. 1998. "Raça, etnia, nação". In: *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 33-54.

- RAGO, Luzia Margareth. 2008. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)*. São Paulo: Paz e Terra.(2da. Edição).
- SIMMEL, G. 1939. "El Secreto y la Sociedad Secreta". In: *Sociologia: Estudios sobre as formas de Socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina.
- SORAYA, Silveira S.; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida F. (orgs.). 2014. *Prostituição e outras formas de amor*. ED:UFF, Niteroi/RJ.
- SGANZELLA, Natália Cristina M. 2008. "O lugar e os corpos da mulher: a prostituição feminina em Marília na perspectiva dos sujeitos e os territórios de prostituição". Paper apresentado em *Fazendo Gênero 8*. Florianópolis: UFSC, pp. 1-7.
- TEDESCO, Letícia. 2008. *Explorando o negócio do sexo: uma etnografia sobre as relações afetivas e comerciais entre prostitutas e agenciadores em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre: PPGAS-NACI/UFRGS.
- _____. 2014. *As mulheres no garimpo: entre fronteiras, papéis e classificações: Prostituição e outras formas de amor*. ED:UFF, Niteroi/RJ.
- WEBER, Max. 2012. "Relações Comunitárias Étnicas". In: *Economia e Sociedade*. 4 ed., vol. 1. Brasília: Editora da UnB, pp. 266-277.

Recebido em 30 de novembro de 2017.

Aceito em 05 de março de 2018.